

**PROCESSO** - A. I. Nº 207096.0030/02-8  
**RECORRENTE** - SOGERAL SOCIEDADE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO Acórdão 1ª JF nº 0071-01/03  
**ORIGEM** - INFAZ CALÇADA  
**INTERNET** - 14.05.03

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0204-11/03

**EMENTA:** ICMS. ARBITRAMENTO. FALTA DE EXIBIÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. O procedimento fiscal tem fundamento na legislação. O RICMS/97, no art. 937, prevê a possibilidade de se calcular o imposto mediante arbitramento quando o contribuinte não efetua a entrega dos livros e documentos fiscais da empresa, inclusive em caso de alegação de extravio. Sem o exame dos livros e documentos fiscais, não há como se saber se o contribuinte deixou ou não de pagar o imposto devido. Rejeitadas as preliminares de nulidade. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 20/12/02, acusa a falta de recolhimento de ICMS, fato apurado mediante arbitramento da base de cálculo do imposto, por não terem sido atendidas as intimações efetuadas pelo fisco. Imposto lançado: R\$ 1.358.260,97. Multa: 100%.

O autuado apresentou defesa reclamando inicialmente que o autuante não discriminou, no corpo do Auto de Infração, qual a documentação não apresentada. A defesa assegura que, segundo as pessoas que trataram com o autuante, foram apresentados diversos documentos e livros fiscais, somente não sendo disponibilizados, parcialmente, alguns livros que estavam extraviados. O fiscal, contudo, não quis receber a documentação parcial, alegando que só receberia se fosse tudo. De forma incompleta ele não queria. Como o final do ano se aproximava e o autuante alegava que tinha de encerrar a fiscalização para não se caracterizar a decadência do crédito tributário, ele resolveu agilizar o término dos trabalhos, preferindo o caminho mais curto do arbitramento, em prejuízo da empresa.

Feitas essas considerações prévias, a defesa passa a argumentar que já decaiu o direito de a fazenda estadual lançar o crédito tributário relativamente ao exercício de 1997. Diz que a empresa foi notificada no dia 27/12/02. O termo inicial do prazo decadencial de 5 anos para que o fisco efetive o lançamento tributário de ofício é o dia da ocorrência do fato gerador, conforme o § 4º do art. 150 do CTN. Como neste caso o lançamento foi feito no dia 27/12/02, no que concerne ao exercício de 1997 já haviam sido ultrapassados quase que totalmente os 5 anos legalmente previstos.

A defesa aduz que este entendimento já é hoje unanimemente aceito pelo Judiciário, inclusive pelo STJ, que, recentemente, julgando embargos de divergência, em processo no qual foi relator o ministro Ari Pagendler (Processo nº 101407/SP – 98.88733-4), decidiu que nos tributos sujeitos ao regime de lançamento por homologação a decadência do direito de constituir o crédito tributário se rege pelo art. 150, § 4º, do CTN, isto é, o prazo para esse efeito é de 5 anos a contar da ocorrência do fato gerador, haja vista que a incidência supõe hipótese típica de lançamento por homologação, ou seja, aquela em que ocorre o pagamento antecipado do tributo, pois, se o

pagamento não for antecipado, já não se trata de lançamento por homologação, caso em que a constituição do crédito tributário deverá observar o disposto no art. 173, I, do CTN.

Segundo a defesa, o mesmo entendimento foi reiterado em outro julgado (REsp 180879/SP), em que atuou como relatora a ministra Eliana Calmon: nas exações cujo lançamento se faz por homologação, havendo pagamento antecipado, conta-se o prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN; somente quando não há pagamento antecipado ou quando há prova de fraude, dolo ou simulação é que se aplica o disposto no art. 173, I, e em normais circunstâncias não se conjugam os dispositivos legais em apreço.

A defesa conclui que, decorrido o prazo de 5 anos, contado de cada fato gerador, extinguiu-se neste caso quase que totalmente o crédito tributário em discussão. Insiste em que a empresa só foi notificada em 27/12/02. Como a cobrança diz respeito a fatos ocorridos durante todo o ano de 1997, o crédito deve ser extinto.

Quanto ao arbitramento, volta a defesa a protestar que não foi dito no Auto de Infração quais foram os documentos não apresentados pela empresa. Questiona que, se nada foi apresentado, como pôde a ação fiscal “montar” o arbitramento, “encontrando” estoques inicial e final, compras, transferências, devoluções, etc.? A defesa assinala que estaria havendo uma contradição do autuante, pois, se de um lado justifica o emprego do arbitramento pela falta de documentos, sem especificar quais esses documentos, consegue, por outro lado, sem esforço, montar o cálculo do imposto com base no CMV, utilizando-se de minuciosas informações “encontradas”. Pergunta qual foi a documentação fiscal não encontrada que impossibilitou a adoção dos meios normais de fiscalização e que justificou o caminho temerário e excepcional do arbitramento. Indaga se a ausência dos aludidos documentos realmente impossibilitou o fisco de apurar o montante real da base de cálculo.

A defesa considera que se o contribuinte não apresenta algumas Notas Fiscais, por exemplo, é o caso de se glosar o crédito fiscal das respectivas entradas, mas só isso, não podendo o fisco valer-se desse fato isolado para desprezar toda a escrita fiscal e contábil da empresa, optando pelo cômodo arbitramento.

Volta a dizer quer não sabe ao certo quais foram os documentos que o autuante não recebeu, pois somente alguns livros não foram entregues, na ocasião, pois estavam extraviados, porém todo o restante foi entregue e analisado, tanto assim que a autuação foi feita com base nos elementos fornecidos.

O autuado reporta-se à jurisprudência do CONSEF, dando como exemplo a Resolução nº 0865/97, que cuida de um caso em que se constatou irregularidade em apenas 23 documentos fiscais, tendo o órgão julgador concluído que não se justificava naquele caso a extensão do arbitramento para a totalidade do exercício. A defesa argumenta que também no caso ora em exame não se justifica igualmente o arbitramento de dois exercícios somente porque alguns documentos não foram apresentados.

Menciona ainda a Resolução nº 3345/97, na qual a 1ª Câmara considerou que a escrituração irregular de livros fiscais não dá sustentação ao arbitramento, pois o fato naquele caso constituiu apenas indício de irregularidade.

Cita também as Resoluções nº 0291/88 e 0529/85.

Considera que o arbitramento foi feito de forma precipitada, valendo-se o autuante, comodamente, de critérios pessoais. Assegura que a empresa dispõe de documentos e livros fiscais que possibilitam uma fiscalização regular, pelos roteiros normais de fiscalização, não se justificando o arbitramento. Aduz que deve haver outra fiscalização para que se apure, da forma

usual, se realmente a empresa deixou de pagar imposto. Requer a realização de uma diligência fiscal revisora, dizendo que à época indicará um assistente técnico para acompanhar os trabalhos. Destaca que, segundo o Regulamento, só é admissível o arbitramento quando a escrita fiscal se torna insuficiente para se determinarem as entradas, as saídas e o estoques das mercadorias, situação que considera diversa da presente, uma vez que a empresa, desde o início da ação fiscal, pôs à disposição do fisco toda a sua documentação fiscal, propiciando-lhe, assim, ampla e total condição para desenvolver o trabalho fiscal pela via regular.

Pede a nulidade do procedimento, caso seja ultrapassada a preliminar de decadência argüida.

O fiscal autuante prestou informação negando que tivesse declarado o que lhe atribui a defesa acerca dos documentos que lhe teriam sido postos à disposição parcialmente. Frisa que as constantes intimações efetuadas demonstram não somente o seu interesse no recebimento dos livros e documentos fiscais para o desenvolvimento de uma fiscalização regular, como também excessiva compreensão dos problemas alegados e vivenciados pelo contribuinte. Fala do seu desejo de uma saudável relação entre o fisco e o contribuinte.

O autuante diz que não especificou quais livros e documentos não foram entregues porque não recebeu nada. A empresa, após a sexta intimação, requereu prorrogação do prazo por mais 90 dias para preparar a documentação e apresentá-la ao fisco, alegando dificuldades operacionais.

Explica que recolheu os elementos necessários à elaboração do arbitramento na pasta do contribuinte e nos sistemas informatizados da repartição.

Segundo o autuante, como o contribuinte deixou de apresentar todos os livros e documentos, não se aplicam a este caso as decisões do CONSEF apontadas pela defesa. Acusa esta de citar dispositivos regulamentares inexistentes e de cair em contradição.

Opina pelo julgamento da autuação em favor da fazenda estadual.

VOTO DO RELATOR DA 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL NA DECISÃO RECORRIDA

*“O imposto foi lançado com base no arbitramento da base de cálculo porque a empresa não apresentou os livros e documentos.*

*A defesa alega que o fiscal não especificou no Auto de Infração quais os livros e documentos que não foram entregues. Constam às fls. 75 a 82 seis intimações para que o contribuinte exhibisse seus livros e documentos. Nas intimações estão assinalados os livros e documentos solicitados pelo fisco. A empresa requereu prorrogação do prazo para apresentação dos elementos solicitados. A inspetora fazendária, através do instrumento à fl. 83, indeferiu o pedido, e fundamentou as razões da negativa.*

*Considero superada a questão da alegada falta de clareza quanto aos livros e documentos não exibidos ao fisco. A empresa não apresentou os livros e documentos em sua totalidade, tanto assim que requereu dilação do prazo para exhibi-los, de acordo com a petição à fl. 69.*

*Não acato também a argüição de decadência suscitada pela defesa, haja vista que, nos termos do art. 173 do CTN, ainda não havia ocorrido a decadência do direito de ser lançado o crédito tributário relativo ao exercício de 1997. O prazo de decadência começa a ser contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. O débito objeto desta autuação concernente ao exercício de 1997 poderia ter sido lançado no próprio exercício de 1997. O primeiro dia do exercício seguinte é 1º de janeiro de 1998. O lançamento poderia ser feito, por conseguinte, até 31 de dezembro de 2002. O procedimento fiscal foi formalizado em 20/12/02, e o sujeito passivo foi intimado no dia 27/12/02. O Código Tributário do Estado da Bahia (Lei nº 3.956/81), no § 1º do art. 28, estabelece o prazo de decadência do direito de efetuar o lançamento do crédito tributário em consonância com o art.*

*173 do CTN. O § 4º do art. 150 do CTN, ao qual se apegua a defesa, aplica-se é quando a lei do ente tributante não fixa prazo à homologação.*

*A defesa requer a realização de diligência fiscal revisora. Não percebo razões de fato ou de direito que justifiquem a revisão do lançamento. Não foram apontados erros de cálculo. Considero o processo em condição de julgamento.*

*Quanto ao arbitramento, que foi o método adotado para a determinação do imposto a ser pago, vejo que o procedimento fiscal tem fundamento na legislação. O RICMS/97, no art. 997, prevê a possibilidade de se calcular o imposto mediante arbitramento quando o contribuinte não entrega os livros e documentos da empresa, inclusive em caso de alegação de extravio. Sem o exame dos livros e documentos, não há como se saber se o contribuinte deixou ou não de pagar imposto.*

*Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.”*

Devidamente intimado a tomar ciência do resultado do julgamento realizado pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal, que exarou o Acórdão nº 0071-01/03 pela Procedência do Auto de Infração em epígrafe, o contribuinte impetrou o presente Recurso Voluntário, argüindo:

“Equívoco do Acórdão recorrido, entendendo que a Decisão prolatada não foi a mais correta, inclusive destoando de toda uma “jurisprudencial” que este próprio CONSEF já cristalizou ao redor do assunto arbitramento.

Mas como a defesa foi feita por item, e como este Recurso Voluntário tem o condão de devolver toda a matéria para a apreciação da segunda instância, a ora recorrente quase que reproduziu suas razões de defesa, apenas acrescentando algumas questões que foram, mal avaliadas pela recorrida Decisão. Quanto à PRELIMINAR DE DECADÊNCIA PARCIAL da autuação, *ela fica integralmente mantida*, especialmente porque este entendimento, hoje, é o que domina no Eg. S.T.J., conforme já comprovado na inicial. Ademais, é bastante lógico a posição do S.T.J., amparada pelo art. 150, § 4º, do CTN, pois não se pode admitir que o prazo decadencial seja superior a 5 anos, como pretende o acórdão recorrido. Afinal, se o marco inicial do prazo não for o da ocorrência do fato gerador, e sim do primeiro dia do exercício seguinte, *é certo que o prazo será em muito superior ao de 5 anos*. E se o Fisco, já no mês seguinte ao do fato gerador, *pode* constituir o seu crédito, é claro e insofismável que o prazo decadencial também já se iniciou, uma vez que o “credor” está autorizado a cobrar. A decadência é flagrante, o ilustre Relator bem sabe disso, mas a Eg. Junta prefere se esquivar de enxergar a verdade. Paciência!!

De referência ao ARBITRAMENTO o próprio Relator, em seu voto, reconhece que o autuado “*não apresentou os livros e documentos em sua totalidade*” (grifos do recorrente), e sempre foi esta a posição da ora recorrente, que desde a impugnação confessa que apenas disponibilizou *parte dos livros* (pois de relação a notas fiscais ele sempre teve todas), mas que o ilustre autuante somente queria se fossem TODOS.

Então ficou um impasse. Se o r. acórdão também concorda que foi apresentada parte, mas o Auto de Infração não esclarece QUAIS foram os livros não apresentados, então como se concordar com o temerário arbitramento, mesmo depois da enxurrada de acórdãos citados pela defesa, repelindo este método arriscado de apuração da base de cálculo?? Porque então o ilustre Relator indeferiu a Diligência Fiscal, que serviria exatamente para verificar, *in loco*, o que efetivamente o autuado tem de “documentação fiscal e contábil??” A verdade real sempre foi o objetivo desse EG. CONSEF, e se ela existe deve ser procurada, independente do “trabalho” que isto possa causar.

Quando da defesa o recorrente poderia ter anexado a tal “documentação fiscal e contábil” que afirmava possuir, mas o volume era – como é – realmente muito grande, além de pesada (especialmente os Livros), destacadamente em um estabelecimento que comercializa com

centenas de itens. De qualquer sorte, apenas para que não se alegue que o ônus da prova é do recorrente (já que a solicitada e necessária Diligência não foi feita), faz-se a juntada de cópia de LIVROS FISCAIS do estabelecimento, no período autuado (apenas as partes iniciais e finais de cada um) exatamente para não juntar centenas de folhas de papel.

Repita-se: Se isto não foi feito antes foi em razão do volume de documentos (sem falar nas milhares de notas fiscais), e porque confiava o autuado no deferimento de uma Diligência, que acabou não acontecendo. Já agora, diante da anexa documentação, e dos outros documentos que estão no estabelecimento, esse Eg. CONSEF poderá verificar a VERDADE REAL dos fatos, apurando legalmente algum ICMS ainda não pago. A propósito, ilustrando este tipo de procedimento e de cuidado que esse Eg. CONSEF vem repetidamente fazendo em casos que tais, os recorrentes pede *venia* e transcreve a ementa de um acórdão exarado por estes dias pela 1ª Câmara, tendo como relator o ilustre Conselheiro CIRO ROBERTO SEIFERT:

***“ICMS – ARBITRAMENTO. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO AO FISCO. Modificada a Decisão. Presentes nos autos elementos que tornam NULO o arbitramento da base de cálculo. Apesar da exibição posterior dos documentos fiscais, descaracterizada a necessidade de arbitramento, é dívida a multa por descumprimento de obrigação acessória, tendo em vista que o contribuinte não atendeu a primeira intimação, alegando que foram extraviados os elementos solicitados pelo fisco. PARCIALMENTE PROVIDO. Decisão Unânime. (Acórdão 1ª CJF nº 0091-11/03)”***

Vale mencionar uma outra Resolução de nº 3345/97, envolvendo questão bem mais complexa, onde foram constatados: I - “Lançamento inexato na escrita fiscal; II – Escrituração irregular dos livros fiscais – RE e de apuração do ICMS; (...)” E ao final, após conclusivo Parecer da GESUP (Gerência de Supermercados), a Eg. 1ª Câmara, pelo voto do ilustre Conselheiro *Antonio Magalhães Guanabara*, decidiu que:

*Por outro lado...*

***(\*) “NÃO PODE SER REALIZADO ARBITRAMENTO DA BASE DE CÁLCULO DO ICM QUANDO A ESCRITA FISCAL E CONTÁBIL EXISTENTE É APRESENTADA, POSSIBILITA DETERMINAR AS ENTRADAS, SAÍDAS E O ESTOQUE DE MERCADORIAS” RESOLUÇÃO Nº 529/85 – 1ª CÂMARA – DOE de 20.08.85).***

Por esses e outros motivos é que ao recorrer à regra extrema do ARBITRAMENTO o ilustre autuante o fez, *data venia*, de forma precipitada, utilizando-se, comodamente, de critérios pessoais, que devem ser de pronto repudiados. Houve um flagrante desencontro de informações, pois o recorrente dispõe, sim, de documentos e livros fiscais que possibilitam uma fiscalização regular, pelos roteiros normais de fiscalização, não se justificando o cômodo caminho do arbitramento.

A autuação fiscal, neste ponto, é flagrantemente INSUBSISTENTE, pelo que deve ser desprezada, para que uma outra fiscalização apure, de forma usual, se realmente o autuado deixou de recolher ICMS. Fica desde já ratificado o pedido de realização de uma DILIGÊNCIA FISCAL REVISORA.

Essas falhas e omissões, senhores Conselheiros, por si só são suficientes para que se decrete a total nulidade do trabalho fiscal, caso seja ultrapassada a preliminar de decadência argüida. Este é o pedido do recorrente.”

A PROFAZ forneceu Parecer de fls. 184, nos seguintes termos:

***“O presente Auto de Infração, lavrado para cobrança de ICMS cobrado por arbitramento da base de cálculo, teve o julgamento realizado pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal, com excelente fundamentação de direito que decidiu pela procedência total da autuação.***

*O Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão de 1ª instância visa atacar todo o julgamento realizado em primeira instância. Os argumentos que sustenta são os mesmos que vem trazendo desde a primeira vez que se manifesta nos autos. Na verdade, fica de certo modo indefinido quais as razões da sua impugnação.*

*Sustenta em preliminar de nulidade as mesmas razões trazidas na defesa inicial, quando alega que o exercício de 1997 teria sido atingido pela decadência, porém, este argumento foi minuciosamente analisado em julgamento pela 1ª JF e rechaçado por Decisão fundamentada, logo não há cabimento em voltar a argüir o que não tem fundamento jurídico e está decidido de já pelo CONSEF.*

*Em relação ao mérito do Recurso Voluntário, tenta impugnar o arbitramento da base de cálculo, como também o indeferimento da realização de perícia contábil nos autos, porém, como bem julgou a referida Junta, trata-se de método utilizado com fundamento na legislação, por outro lado, em Recurso Voluntário o autuado nada argumenta de novo, ou anexa documentos que invalidem o arbitramento, como também seu julgamento pela procedência.*

*O que fica efetivamente evidenciado é o intuito de retardar o julgamento da lide na esfera administrativa, o que denota o caráter procrastinatório do Recurso em análise. Enfim, em que pese o fato de o Recurso Voluntário devolver a matéria, em sua totalidade, à apreciação desse Conselho, as razões oferecidas pelo recorrente são inócuas, inaptas para proporcionar a modificação do julgamento. Por esse motivo, entende a procuradoria que não deve ser provido o Recurso Voluntário.”*

## **VOTO**

Dado ao exame dos documentos acostados ao presente Processo Administrativo Fiscal, constatei que neste Recurso Voluntário interposto pelo sujeito passivo, os argumentos acompanham a mesma linha daqueles apresentados quando da defesa impugnativa, que foram completamente combatidos e afastados no voto do relator de 1ª Instância, face a sua fundamentação, o tomo como parte integrante deste e, o transcrevo:

*“O imposto foi lançado com base no arbitramento da base de cálculo porque a empresa não apresentou os livros e documentos.*

*A defesa alega que o fiscal não especificou no Auto de Infração quais os livros e documentos que não foram entregues. Constam às fls. 75 a 82 seis intimações para que o contribuinte exhibisse seus livros e documentos. Nas intimações estão assinalados os livros e documentos solicitados pelo fisco. A empresa requereu prorrogação do prazo para apresentação dos elementos solicitados. A inspetora fazendária, através do instrumento à fl. 83, indeferiu o pedido, e fundamentou as razões da negativa.*

*Considero superada a questão da alegada falta de clareza quanto aos livros e documentos não exibidos ao fisco. A empresa não apresentou os livros e documentos em sua totalidade, tanto assim que requereu dilação do prazo para exhibi-los, de acordo com a petição à fl. 69.*

*Não acato também a argüição de decadência suscitada pela defesa, haja vista que, nos termos do art. 173 do CTN, ainda não havia ocorrido a decadência do direito de ser lançado o crédito tributário relativo ao exercício de 1997. O prazo de decadência começa a ser contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. O débito objeto desta autuação concernente ao exercício de 1997 poderia ter sido lançado no próprio exercício de 1997. O primeiro dia do exercício seguinte é 1º de janeiro de 1998. O lançamento poderia ser feito, por conseguinte, até 31 de dezembro de 2002. O procedimento*

*fiscal foi formalizado em 20/12/02, e o sujeito passivo foi intimado no dia 27/12/02. O Código Tributário do Estado da Bahia (Lei nº 3.956/81), no § 1º do art. 28, estabelece o prazo de decadência do direito de efetuar o lançamento do crédito tributário em consonância com o art. 173 do CTN. O § 4º do art. 150 do CTN, ao qual se apegava a defesa, aplica-se é quando a lei do ente tributante não fixa prazo à homologação.*

*A defesa requer a realização de diligência fiscal revisora. Não percebo razões de fato ou de direito que justifiquem a revisão do lançamento. Não foram apontados erros de cálculo. Considero o processo em condição de julgamento.*

*Quanto ao arbitramento, que foi o método adotado para a determinação do imposto a ser pago, vejo que o procedimento fiscal tem fundamento na legislação. O RICMS/97, no art. 997, prevê a possibilidade de se calcular o imposto mediante arbitramento quando o contribuinte não entrega os livros e documentos da empresa, inclusive em caso de alegação de extravio. Sem o exame dos livros e documentos, não há como se saber se o contribuinte deixou ou não de pagar imposto.”*

Diante do exposto, não acolho a nulidade sustentada em preliminar pelas mesmas razões e fundamentos supracitados. No mérito, ratifico os termos do voto do relator de 1ª instância e aduzo que os documentos trazidos na face recursal não possuem o condão de invalidar o arbitramento aplicado e nem tampouco oferecem a base para ser realizada uma perícia contábil, haja vista que os elementos que compõem os autos lhes dão o embasamento necessário. Portanto, correta a Decisão prolatada pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal.

Assim, concedo este voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado, mantendo integralmente a Decisão recorrida.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207096.0030/02-8**, lavrado contra **SOGERAL SOCIEDADE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.358.260,97**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “I”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de abril de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROF. AZ